



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL

Nos dias quatorze e quinze de agosto de 2008, na sala dos órgãos colegiados do Ministério Público do Estado do Tocantins, na cidade de Palmas/TO, sob a presidência do Procurador de Justiça, Dr. Luiz Fernando Calil de Freitas, Diretor da Fundação Escola Superior do Estado do Rio Grande do Sul; e com a presença dos Doutores Vera Nilva Álvares Rocha, Diretora do Centro de Estudos e Fundação Escola Superior do Ministério Público de Tocantins; Maurício Kalache, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Paraná; Mário de Magalhães Papaterra Limongi, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de São Paulo; Patrícia Silveira da Rosa, Presidente do Instituto Superior do Ministério Público do Rio de Janeiro; Maria do Socorro Milhomem Monteiro, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Amapá; Maria Helena Nunes Lyra, Diretora da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco; Marco Antônio Guerreiro, Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão; Michelle Dantas de Carvalho, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Rio Grande do Norte; Samia Saad Gallotti Bonavides, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Paraná; Sérgio Dário Machado, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Espírito Santo; João Batista de Almeida, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso; Adélia Moreira Pessoa, Diretora da Escola Superior do Ministério Público de Sergipe; e da Dra. Walkyria Ruicir Danielski, Diretora da Escola do Ministério Público de Santa Catarina, nos termos dos registros do Livro de Presenças, reuniu-se em Assembléia Geral, o Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público do Brasil, com a seguinte pauta de assuntos: 14 de agosto - **1) Abertura; 2) Apresentação do sistema de gestão de autos do MP/TO (sistema ARQUIMEDES); 3) Residência Jurídica; 4) Apresentação dos cursos desenvolvidos pela FEBRABAN;** 15 de agosto - **1) Apresentação do Curso de Qualificação para Elaboração do PPA e do Orçamento do MP/TO; 2) Proposta de “banco de cursos”; 3) Apresentação do projeto de curso de treinamento de porta-**



vozes. 1) Abertura - Às 14h do dia quatorze de agosto de 2008 foram iniciados os trabalhos, formando-se mesa composta pelas seguintes autoridades: **Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães**, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; **Dr. José Maria da Silva Júnior**, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Tocantins; **Dra. Vera Nilva Álvares Rocha**, Diretora do Centro de Estudos e Fundação Escola Superior do Ministério Público de Tocantins; e pelo Presidente do CDEMP, Dr. **Luiz Fernando Calil de Freitas**, Diretor da Fundação Escola Superior do Rio Grande do Sul, que apresentou as boas vindas aos participantes do evento e agradeceu o acolhimento dos colegas do Tocantins. A Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães saudou os presentes, dando a todos as boas-vindas em nome do Ministério Público do Tocantins. Na seqüência, fez uso da palavra a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha, que igualmente saudou a todos os presentes, manifestando a satisfação do CESAF/TO em sediar a presente reunião. Seguiu-se o pronunciamento do Dr. José Maria da Silva Júnior, que manifestou as boas vindas aos presentes, destacando a importância da pauta em discussão na presente reunião, ao mesmo tempo em que desejou a todos um proveitoso encontro. Pelo Presidente do CDEMP foi agradecida, em nome de todos os presentes, a acolhida pelos colegas, pelo servidores do MP e pelo povo do Tocantins e, em especial, pela Dra. Vera Nilva, destacando ainda o prestigiamento do encontro pela Procuradora-Geral de Justiça do TO, Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães, e pelo presidente da Associação do Ministério Público do Tocantins, Dr. José Maria da Silva Júnior. Após, dissolvida a mesa de honra, foi formada a mesa de condução dos trabalhos, composta pelo Dr. Maurício Kalache, Vice-presidente do CDEMP, pela Dra. Walkyria Ruicir Danielski, Secretária-Geral do CDEMP, e pelo Dr. Luiz Fernando Calil de Freitas, Presidente do CDEMP. **2) Apresentação do sistema de gestão de autos do MP/TO (sistema ARQUIMEDES)** - Iniciados os trabalhos, desde logo foi passada a palavra ao senhor Leonardo Santos da Mata, Diretor de Dados do Ministério Público do Tocantins, que apresentou o sistema ARQUIMEDES, sistema de gestão de autos e gerenciamento administrativo implantado no âmbito do Ministério Público do Tocantins. Seguiram-se debates e questionamentos acerca do tema, tendo se manifestado os colegas Maria Helena Nunes Lyra, Adélia Moreira Pessoa, Luiz Fernando Calil de Freitas, Mário de Magalhães Papaterra Limongi e Marco Antônio Guerreiro. Pela colega Maria Helena foi destacada a eficiência do sistema, já em funcionamento em Pernambuco há



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

mais de 3 anos. Foi deliberado por se oficiar ao Colégio Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça e ao Colégio Nacional do Corregedores dos Ministérios Públicos, referindo que o sistema já se encontra em funcionamento em vários Estados, solicitando-se sejam efetuados os estudos e contatos necessários para ampliação e integração dos sistemas, bem como para que os mesmos passem a contemplar as atividades extrajudiciais e comunitárias das Promotorias e Procuradorias, colocando-se o CDEMP desde logo à disposição para eventual realização dos cursos de capacitação para operação de tais sistemas. **3) Assuntos Gerais** - Na seqüência, com a concordância dos presentes, se passou à abordagem de alguns temas de interesse geral. Pelo Dr. Luiz Fernando Calil de Freitas foi efetuado **convite a todos para as festividades de comemoração dos 25 anos da Escola do MPRS, no dia 09/10/08.** Foi ainda referido o recebimento de **convite do CNMP e CNPGJ para o “Work Shop pró MP”**, a se realizar no dia 19 de agosto do corrente ano, tendo sido deliberado pela indicação do colega Wetuval para a representação do CDEMP em aludido evento. Foi também noticiado contato realizado pela direção do CONAR, interessado na **montagem de um curso destinado a publicitários e agências de publicidade, referente à publicidade com respeito aos direitos do consumidor.** Foi deliberada a realização de estudo e, se for o caso, posterior contato com o CONAR, para inclusão do assunto na reunião de Macapá. Foi relatada **consulta formulada por colega Presidente da Fundação Escola do MS acerca da posição do CDEMP no referente ao afastamento dos membros do MP para estudos.** Na seqüência pronunciaram-se os colegas Mário, Walkyria e Marco Antônio, sendo ao final deliberado no sentido de se responder à consulta no sentido de ser o Colegiado favorável à possibilidade em si do afastamento dos colegas para fins de estudo, dada a relevância do aperfeiçoamento continuado, mas respeitadas as normas e a realidade específica de cada Ministério Público. A fim de melhor subsidiar a colega, foi deliberado ainda que juntamente com a consulta sejam remetidas cópias das resoluções e legislações nos diversos MPs do País, bem como de estudo referido pelo colega do Maranhão. Ainda, foi relatado **contato buscado pela Associação Nacional dos Juízes e promotores da Infância e pela PUC/SP, pretendendo a montagem de curso semi-presencial na área da Infância, modalidade especialização.** Foi deliberado que, obtidas maiores informações acerca da proposta, seja a mesma incluída na pauta da reunião de Macapá. Pela colega Patrícia foi



noticiado que o primeiro curso de especialização do Instituto do MP do RJ terá o início de suas aulas no dia de amanhã, 15/08/08. Pelo colega Marco Antônio foi proposta a aprovação, pelo CDEMP, de uma **agenda mínima de cursos pelas escolas públicas (CEAFs e assemelhados)**. Foi deliberado que para a reunião de Macapá todos os diretores deverão levar a agenda de seus cursos no ano de 2008 e/ou planejamento de 2009, a fim de que se possa subsidiar eventual agenda comum mínima. Pelo Presidente foi **renovado o pedido para encaminhamento para fins de divulgação na página do CDEMP dos cursos realizados e dos livros publicados por colegas.** Pelo colega Maurício Kalache foi reapresentada a proposta de que passem as **reuniões do CDEMP a serem realizadas, de regra, em Brasília**, possibilitada, excepcionalmente, a realização de reuniões em outros locais, sempre que necessário, conforme deliberação do próprio Colegiado, o que restou aprovado por unanimidade. **Os colegas Maria Helena e Mário Papaterra noticiaram a formação de parceria para o oferecimento de curso à distância**, inicialmente na área de execução penal. **4) Residência Jurídica** Retomando-se a seqüência da pauta, foi passada a palavra ao colega Maurício Kalache, para apresentação referente ao item residência jurídica. Inicialmente, esclareceu o colega Maurício a não ocorrência de encontro da comissão desde a última reunião do CDEMP, quando foi criada. Acrescentou que, de todo o modo, no Paraná as tratativas para a implantação da residência jurídica prosseguem, não estando a mesma, no entanto, ainda finalizada. Ressaltou que o tema comporta mais de um modelo, não se vislumbrando fórmula única para seu implemento. Referiu que, no entanto, é inafastável o trato da matéria com a consideração do sistema de estágio, sendo que, neste tópico, foi aprovada no Congresso, na data de ontem (13/08/08), novel legislação, a qual ainda se encontra pendente de sanção presidencial, mas que necessariamente deverá ser considerada quando da abordagem do tema. Foram feitas, a seguir, breves referências às alterações introduzidas pelo aludido projeto de lei aprovado. Dada a novíssima legislação acerca do assunto, ficou a comissão já constituída sobre o tema residência jurídica incumbida de aprofundar os estudos respectivos, apresentando-os ao colegiado em data futura. **5) Apresentação dos cursos desenvolvidos pela FEBRABAN** – Ainda na seqüência da pauta, pelo Dr. Maurício Kalache foi apresentado o senhor Luís Cerqueira, diretor da área de cursos da FEBRABAN, que passou a expor ao colegiado acerca das atividades lá desenvolvidas. No decorrer da explanação, o



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

convidado Luís Cerqueira discorreu acerca da formação, composição e objetivos da FEBRABAN, apresentando os trabalhos realizados pela entidade junto aos seus federados, em especial aqueles ligados à responsabilidade social, onde se destacam o incentivo e apoio para o cumprimento da legislação no que tange às oportunidades de trabalho às pessoas portadoras de deficiência, bem como a realização de programa de capacitação destas, com cursos específicos para tanto, já como funcionários das entidades integrantes do programa. Destacou ainda o quadro de eventos e cursos da FEBRABAN, com referência àqueles atualmente desenvolvidos, com destaque para os de prevenção sobre crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de metodologia de análise e inspeção em fraudes bancárias; e de juros – aspectos econômicos e jurídicos. Finalizou afirmando que todos os cursos hoje realizados pela FEBRABAN podem ser disponibilizados para os Ministérios Públicos, através do CDEMP ou de suas Escolas. Seguiram-se debates, no decorrer dos quais esclareceu o expositor que o custo de cada curso é variável e depende dos custos da própria FEBRABAN para sua realização e/ou contratação, sendo que os mesmos são exclusivamente presenciais. À 18h e 20 min foram encerrados os trabalhos do dia 14/08/08. **Dia 15/08/08:** Dado reinício aos trabalhos às 08h e 30min. **1) Assuntos de Interesse Geral** – Antes da abordagem dos tópicos da pauta, pelo Presidente foi inicialmente alertado que **na reunião a se realizar no próximo mês de dezembro, na cidade de Vitória, deverá ser eleita a próxima Diretoria do CDEMP**, razão pela qual entende importante que todos os colegas passem a desde logo avaliar o assunto. Na seqüência, pelo Presidente foi relatado que **o representante da Universidade de Roma, Prof. Salvatore Massamuto, virá ao Brasil no próximo mês de setembro, quando fará a seleção dos candidatos ao curso de Doutorado na Universidade Roma Tre**, o que ocorrerá no Rio Grande do Sul, sendo que o professor Salvatore pretende posteriormente se juntar ao CEDEMP na reunião a se realizar em Macapá. **Foi apresentada a proposta de que o CDEMP custeie as passagens do Prof. Salvatore para tal deslocamento, em primeira classe, o que foi aprovado por unanimidade.** Ainda, foi esclarecido que, dada a inexistência de candidatos inscritos no primeiro período aprazado para o CDEMP para tanto e a **dilação das inscrições pela própria Universidade de Roma, estas permanecem em aberto até o dia 24 de agosto, em sistema on-line, disponível por link na página do CDEMP.** Pelo colega Kalache foi apresentada **proposta de alteração estatutária no**



sentido de excluir a previsão de restrição eleitoral no CDEMP em decorrência de não contribuição ao Colegiado, substituindo-a por exigência de frequência mínima, ficando sua discussão reservada para posterior análise em reunião futura e eventual aplicação, caso aprovada, para as futuras eleições, excluída aquela a se realizar no próximo mês de dezembro/2008. A seguir, passou-se ao primeiro item da pauta do dia:

1) Apresentação do curso de qualificação para a elaboração do P.P.A. e do orçamento do MP/TO, ministrado pelo CESAF/TO. Pela colega Vera Nilva foi efetuado breve relato acerca da necessidade e conveniência da montagem de curso próprio para formação de pessoal para elaboração do PPA e Orçamento, passando em seguida a palavra à Prof. Economista Dilce Moura Stakoviak, responsável pelo conteúdo do curso desenvolvido pelo CESAF para o MP/TO, a qual efetuou explanação acerca dos objetivos iniciais do curso (avaliação e busca dos resultados das ações do MP/TO), forma de desenvolvimento do mesmo e importância do planejamento, inclusive no atinente às questões orçamentárias. Destacou ainda a palestrante que, no caso do Ministério Público, o conhecimento do manejo das questões orçamentárias se afigura de extrema importância não apenas para a elaboração e planejamento da própria Instituição, mas também para a fiscalização da atuação dos demais órgãos públicos, responsáveis pela implementação de políticas diretamente correlacionadas com as áreas de atuação ministerial. Pelo colega João Batista foi relatada a dificuldade encontrada pelos promotores do MP/MT para a atuação nos casos de improbidade administrativa, a qual foi contornada através de convênio com o Tribunal de Contas do Estado. Pelo colega Marco Antônio foi relatado que convênio assemelhado foi celebrado no Maranhão e apresenta bons resultados na atividade repressiva, mas nem tanto na atividade preventiva, sendo que para a atuação preventiva sustentou a adequação da qualificação de pessoal, através de cursos tais quais o ora apresentado, adaptados às realidades locais de cada MP. Pelo colega Mário foi enfatizada a dificuldade, mesmo de promotores preparados, em travar discussões com técnicos da área orçamentária. Pela colega Sâmia também foi ressaltada a importância do curso, em especial aos procuradores que apreciam o encaminhamento da lei orçamentária dos MPs. Pela expositora Dilce Moura Stakoviak foi asseverado estar à disposição das escolas para eventuais contatos visando a elaboração de projetos futuros de cursos na área orçamentária, para tanto disponibilizando seu e-mail, qual seja, dilcestakoviak@bol.com.br. **2)** A seguir, foi



efetuada a inversão da pauta, passando-se à apresentação do **Curso Training de Formação de Porta-vozes**, sendo dada a palavra à Diretora da empresa Oficina da Palavra, Patrícia Marins, que discorreu inicialmente acerca da importância e da prática, já estabelecida na iniciativa privada, de conhecimento e treinamento específico para a formação de porta-vozes, entendida como o relacionamento das pessoas de gestão e de representação das Instituições com a imprensa e a mídia em geral. Na apresentação foi ressaltado o dever de informação dos órgãos públicos em relação à imprensa e ao público em geral, mas, ao mesmo tempo, a importância de compreender o valor das informações referentes à atuação ministerial e de tratar o relacionamento com a mídia como estratégia institucional. A seguir, a expositora apresentou a estrutura do curso de mídia training realizado no âmbito do MPU, através de licitação realizada pela Escola do MPU, ressaltando, no entanto, que cada turma a ser realizada recebe preparação prévia e específica de acordo com o perfil dos participantes. Ressaltou também que a licitação realizada pela escola do MPU foi com registro de preços, a qual permite a adesão à ata de licitação por qualquer órgão público, sem a necessidade de realização de novo processo licitatório. Seguiram-se questionamentos diversos, sendo esclarecido: a) o custo previsto para o curso na licitação realizada é de R\$ 16.600 por turma, mais os custos de transporte, alimentação e hospedagem da equipe, com turmas de 12 alunos, podendo chegar ao máximo de 15 alunos, sendo que para adesão à licitação já existente esse valor é obrigatório; b) para entidades privadas, dependendo do número de contratações, é possível negociação de valores; c) a realização de curso para replicação ou por amostragem (treinamento de alguns membros para que repliquem aos demais) é possível, mas não é recomendado, pois os resultados não são satisfatórios na mesma proporção; d) a participação da assessoria de imprensa, especialmente na preparação do curso, é fundamental, mas não é recomendável como participante do curso em igualdade de condição com os promotores e procuradores, pois a presença dos agentes da assessoria de imprensa, de regra, gera intimidação nos demais; e) para a transmissão das informações a um grande número de membros, é possível a realização inicial de palestra de sensibilização, com informações genéricas sobre relacionamento com a imprensa e posterior treinamento apenas para casos mais sensíveis ou mais graves. Pelo colega Calil foi ponderado que nos MPs estaduais a repercussão das atividades na imprensa é um tanto diferenciada, havendo áreas naturalmente de maior exposição,



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

podendo ser estabelecido critério relacionado a tais atividades para seleção dos participantes. Relatou ainda a experiência pessoal proveitosa em curso de mídia training, juntamente com todo o conselho de administração da FMP, destacando sua importância, em especial para evitar e lidar com situações de crise. Pela expositora foi referido que a empresa Oficina da Palavra, além dos cursos de treinamento, trabalha também com assessoria de imprensa e de imagem. Para eventuais contatos futuros, pela expositora foi disponibilizado seu e-mail de contato, qual seja, patricia@oficinadapalavra.com. **3) No referente ao item da pauta alusivo à proposta de “banco de cursos”, dado o adiantado da hora, restou deliberado que o mesmo seja incluído na pauta da reunião de Macapá. 4) Assuntos Gerais** - Foi suscitada a **questão dos débitos pendentes das contribuições do CDEMP e da necessidade de eventual alteração dos estatutos**, devendo as propostas existentes serem encaminhadas até o dia 30/08/08, de forma a viabilizar a discussão de ambos os assuntos Macapá. Também deverão ser **incluídas na pauta de Macapá as questões referentes à comissão para criação da revista do CDEMP e da eventual contratação do curso de mídia training para os integrantes do CDEMP**. Foi igualmente proposta a **discussão para Macapá acerca de possível custeio dos deslocamentos do presidente do CDEMP para as reuniões e compromissos oficiais**, especialmente diante da concentração das reuniões ordinárias em Brasília. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada, às 12,30 horas, a Assembléia Geral, do que, para constar, eu, Walkyria Ruicir Danielski, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente.

Luiz Fernando Calil de Freitas, Presidente _____

Walkyria Ruicir Danielski, Secretária _____